Povoamento do Nordeste

JOSÉ AUGUSTO

a) Famílias do Seridó

A criação do gado teve no Rio-Grande do Norte, por um longo espaço de tempo, e quando do Brasil-Colônia, importância essencial para a economia nordestina.

Hermann Watjen, no seu livro "O Domínio Holandês no Brasil", afirma, em relação a Pernambuco, que "o maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio-Grande", e acrescenta: "Em 1635 os conselheiros políticos exaltaram a conquista final desta Capitania como um benefício inestimavel da fortuna. Sem o Rio-Grande, os soldados holandeses, tão miseravelmente tratados, com os sós recursos dos armazens, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio-Grande, a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma cousa impossivel."[1]

Ainda 60 anos depois, em 1694, aos 5 de Junho, o Governador Geral da Baía, D. João de Lancastro, em carta ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, transmitia ordens reais para o assentamento de seis aldeias de índios, no Açú, no Juaguarí e no Piranhas, justificando a necessidade da providência em território que não sob o governo de Melo de Castro, pela importância de se conservar a Capitania do Rio-Grande, não tanto por ela, como principalmente pelas "*consequências do perigo a que ficam expostas, se ela se perder, as da Paraiba, Itamaracá e Pernambuco*". E, alem das razões militares invocadas, acentuava: "Sei eu (e vós bem haveis de confessar) que dos gados do Rio-Grande se sustentam os povos dessa Capitania (a de Pernambuco) e das outras duas (Itamaracá e Paraiba); que da sua

carne resulta o imposto que se paga para a infantaria; e de seu serviço a permanência de todos os Engenhos e Canaviais de Pernambuco; e que dos açucares que nela se lavram depende a carga das frotas e o comércio mercantil; sem o que não se pode conservar essa praça; logo, por precisa conclusão, vem essa Capitania (Pernambuco) a ser a mais empenhada, ainda que as duas vizinhas se não percam, em se defender, e conservar a do Rio-Grande, de que tão essencial dependência tem essas do Norte."

Eis aí: o Rio-Grande do Norte foi, por largo tempo, através da sua criação de gado, o sustentáculo das três outras Capitanias vizinhas, e os soldados holandeses morreriam à fome, se não fora o Rio-Grande com o fornecimento de suas reses.

Facil é explicar o florescimento da pecuária do Rio-Grande do Norte naquela época. É que muitos dos trechos do seu território, muitas das Zonas em que se dividia a Capitania, foram povoados na *época do couro*, a que se refere Capistrano de Abreu, no *ciclo dos criadores de gado*, os quais Basílio de Magalhães considerou, com justa razão, "*os fatores de uma larga expansão geográfica*" no norte do país.

A história territorial do Rio-Grande do Norte, que pode ser seguida e acompanhada, em grande parte, no exame das datas de terra e sesmarias concedidas aos que vieram povoar o seu solo, e nele se fixaram, revela, em cada uma dessas concessões, pelo menos em sua quasi totalidade, um pensamento único: a obtenção de terras para *acomodar os gados, onde situar os gados, onde criar os gados.*

Na zona do Seridó, por exemplo, certo e seguro é afirmar que todo o movimento povoador decorreu da necessidade de encontrar espaço para a localização de fazendas de criação de gado.

Claro está que os primeiros sesmeiros seridoenses, salvo uma ou outra exceção, não vieram pessoalmente tomar posse das terras obtidas e dirigir as fazendas que iam instalando. Faziam-no por intermédio de vaqueiros e procuradores, muitos dos quais tornaram-se posteriormente fazendeiros abastados.

Mas, à proporção que os interesses econômicos foram se avolumando e que os perigos de encontros sangrentos com a indiada bravia foram diminuindo,

até cessarem de todo, muitos, e dos da melhor estirpe, instalaram-se nas suas terras e dirigiram em pessoa as suas criações.

São dessa época os fundadores das grandes famílias que ainda hoje ocupam, a título quasi exclusivo, o território cortado pelo rio Seridó e seus afluentes, na hora presente abrangendo oito circunscrições municipais—Caicó, Acarí, Jardim-do-Seridó, Serra-Negra, Currais-Novos, Flores, Parelhas, Jucurutú, a primeira das quais, o Caicó, compreendendo então todas as outras, teve a sua autonomia oficial em 31 de Julho de 1788.

Os fundadores dos grandes núcleos familiares seridoenses, graças ao relato de pessoas mais velhas, que recolheram informes e tradições de ancestrais, transmitidos de geração a geração, são hoje mais ou menos conhecidos e a respeito da vida e feitos de cada um deles é possivel traçar as linhas gerais.

Conhecem-se, por exemplo, os iniciadores e fundadores, no Seridó, das seguintes famílias:

1) *Araujo*—Tomaz de Araujo Pereira, casado com Maria da Conceição Mendonça.

2) *Dantas*—Caetano Dantas Correia, casado com Josefa de Araujo Pereira.

— 3) *Medeiros*—Rodrigo de Medeiros e Sebastião de Medeiros, casados, respectivamente, com Apolônia Barbosa e Antônia de Moraiz Valcacer, irmãs entre si, como tambem o eram os maridos.

— 4) *Galvão*—Cipriano Lopes Galvão, casado com Adriana de Holanda de Vasconcelos.

5) *Garcia*—Antônio Garcia de Sá, casado com Maria Dorneles Bentancor.

6) *Bezerra*—José Bezerra de Meneses, casado com Maria Borges de Sacramento.

7) *Monteiro*—Manuel Pereira Monteiro.

8) *Nóbrega*—Manuel Alves de Nóbrega, casado com Maria José de Medeiros.

9) *Silva*—Francisco Gomes da Silva, casado com Maria Joaquina dos Santos Dantas.

10) *Faria*—Joaquim Álvares Gomes de Faria.

11) *Azevedo*—Antônio de Azevedo Maia, casado com Josefa Maria de Almeida.

12) *Fernandes*—Cosme Damião Fernandes, casado com Isabel Maria de Araujo Fernandes.

De muitas outras famílias, como os Gomes, os Queiroz, os Batista, os Pereira de Brito, os Pires, os Vale, há quem tenha dados positivos e concretos, que remontam até aos troncos iniciais no território seridoense, hoje habitado por alguns milhares de descendentes diretos desses antepassados já um tanto remotos.

Os dados que possuo referem-se, porem, de modo mais minudente, às 12 ramificações familiares, acima apontadas.

De algumas delas, como os Araujo Pereira e Dantas Correia, há, mesmo circunstanciada notícia que permite acompanhar-lhes a evolução e o seguimento até a data presente.

b) Os Araujo Pereira

Entre as famílias que povoaram o Seridó, e alí se fixaram, a família Araujo, se não é a mais antiga, é das mais antigas, e certamente a que mais proliferou, sendo hoje a mais numerosa dentre quantas se encontram radicadas naquele trecho do território norte-riograndense.

Não é exagero afirmar que raro será o seridoense que não tenha sangue de Araujo.

O fundador da família no Seridó foi, há mais de dois séculos, Tomaz de Araujo Pereira, casado com Maria da Conceição Mendonça (1), rezando a tradição, não sei com que fundamento, que Tomaz era português e Maria da Conceição baiana (2), filha de Cosme Soares de Brito e Madalena de Castro. Já em 1734 Tomaz de Araujo Pereira pedia e obtinha uma data de terras no Seridó, para fundação de uma fazenda de gados, data que foi concedida pela Capitania da Paraiba, no governo de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

A data de terra é a que vem transcrita no livro de João de Lira Tavares ("História Territorial da Paraiba", 1°. vol., pag. 143), sob o número 238, de 23 de Maio de 1734, nos seguintes termos:

"Thomaz de Araujo Pereira, não tendo commodos para crear seus gados, descobriu á custa de seu trabalho um riacho chamado Juazeiro que nasce por detraz da serra da Rajada, que desagôa para o rio

da Cauhã e faz barra na ponta da varzea do Pico, em cujo riacho e suas bandas tem terras devolutas e nunca cultivadas; terrenos em que pede trez legoas de cumprimento e uma de largura, pegando das testadas do sargento-mor Simão de Góes pelo rio acima, ficando o dito rio em meio de dita largura."

Encontro referência a um outro Araujo, o coronel Domingos de Araujo Pereira, pedindo terras ao governo do Rio-Grande do Norte, em 1738, no Rio-do-Meio, riacho do Canivete, poço do Juruparí.

Desse Domingos de Araujo Pereira não descubro, porem, outros vestígios e não sei mesmo se era parente de Tomaz e, no caso afirmativo, qual o grau do parentesco.

Quanto a Tomaz de Araujo Pereira, sabe-se que fundou a sua fazenda de gados, à qual deu o nome de "S.-Pedro" e na qual viveu e criou os seus filhos, em número de 8, 4 homens e 4 mulheres. Os homens foram Tomaz de Araujo Pereira (o 2º.), João Damasceno Pereira, Cosme Soares de Araujo e José de Araujo Pereira. As mulheres: Josefa, Joana, Ana e Helena. A primeira casou com Caetano Dantas Correia, Joana casou em primeiras núpcias com Gregório José Dantas Correia e em segundas núpcias com Estevão Álvares Bezerra, Ana casou com Antônio Pais de Bulhões e Helena com João Garcia.

Tomaz de Araujo Pereira Filho casou com uma filha de Rodrigo de Medeiros e Apolônia Barbosa, de nome Teresa, e teve, por sua vez, prole numerosa: 8 filhos varões e 4 do sexo feminino, e chamaram-se Tomaz de Araujo Pereira (o 3º.), Rodrigo, Antônio, Manuel, Beraldo, Felipe, Alexandre, Joaquim, Luzia, Teresa, Ana e Josefa.

Dos filhos do segundo Tomaz de Araujo, o que mais destacada situação alcançou foi o que lhe herdou o nome, o qual exerceu por largo espaço de tempo prestigiosa influência social e política na região do seu nascimento, estendendo-a mesmo, por vezes, a todo o Rio-Grande do Norte.

Tomaz de Araujo Pereira (o terceiro) era homem de pequena cultura, mas de grande acuidade intelectual e de rija têmpera e severos costumes. Alem do mais, as suas condições de família deram-lhe um grande relevo na zona em que residiu. So-

brinho afim do coronel Caetano Dantas Correia; sobrinho legítimo do capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha; genro do coronel Antônio Garcia de Sá Barroso; filho e neto dos dois primeiros Tomaz de Araujo, que foram prestigiosos elementos sociais seridoenses, Tomaz de Araujo estava naturalmente destinado a ser, como foi realmente, o herdeiro e depositário máximo da força e da consideração social de sua família, transmitidas, através das gerações, por varões do maior respeito.

Teve, ao demais, de exercer a sua atividade na época em que o Seridó começava a aparecer nos concílios governamentais do Rio-Grande do Norte.

Já em 1821, antes mesmo da Independência do Brasil, seu tio Manuel de Medeiros Rocha era eleito para a Junta Provisória do Governo.

No começo de 1822 nova Junta é eleita e a ela pertence Tomaz de Araujo, que, desde então, passou a ser no governo o representante do Seridó, ao envés de seu tio, que assim cedia o posto ao sobrinho de confiança e estimação.

Proclamada a Independência do Brasil, ao ter de escolher o homem a quem devia ser confiada a tarefa maior do governo, o Imperador não hesitou na designação de Tomaz de Araujo Pereira, e fê-lo nos seguintes termos:

"Carta Imperial—25 de Novembro de 1823—nº. 168

Thomaz de Araujo Pereira: Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, vos Envio muito saudar. Tendo consideração aos vossos distinctos merecimentos, patriotismo, dedicação á Sagrada Causa deste Imperio, e mais qualidades recommendaveis que concorrem na vossa pessôa e que vos constituem digno d'esta Minha Imperial Contemplação; Hei por bem Nomear-vos Presidente para a Provincia do Rio Grande do Norte em virtude da Carta de lei de vinte de Outubro do corrente anno, de cujo Logar tomareis posse com as formalidades que se achão estabelecidas, a qual vos será dada pelo actual Governo Provisorio, que desde então não continuará as suas sessões; recebendo d'ella e da Camara da Capital as noticias que forem convenientes ao Serviço Nacional; e procedereis immediatamente á eleição

do Conselho da Provincia na forma determinada na mesma carta de Lei; cuja fidedigna observancia fareis manter para prosperidade dos povos que vos são confiados. O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia e execução. Escrito no Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e vinte e tres, segundo da Independencia, e do Imperio.

Imperador.

João Severiano Maciel da Costa.

Para Thomaz de Araujo Pereira.

Cumpra-se como S. Magestade Imperial Manda, e registre-se na Secretaria deste governo, na Camara desta cidade, e na Secretaria da Junta de Fazenda Publica.

Quartel do Governo da Cídade de Natal, 5 de Maio de 1824, 3°. da Independencia, e do Imperio.

Prze. Pera."

Tomaz de Araujo recebeu a nomeação sem o menor entusiasmo.

Protelou enquanto pode a sua posse, que só se realizou a 5 de Maio de 1824, quasi 6 meses após a sua nomeação, dirigindo-se imediatamente ao Imperador para solicitar-lhe demissão do cargo, alegando, são palavras suas, *ponderosos motivos que o inibião pª. desempenhar hua commissão de tanto melindre,* e esses motivos eram, alem de outros, a sua *avansada idade, cegueira, e infermidades chronicas.*

Em tais condições, reputava-se o menos indicado para uma tarefa de tão grandes responsabilidades, mormente tendo-se em consideração o estado de desordem em que se debatia a Província, em cuja Capital a tropa de linha sublevava-se continuamente em tumultos, ora contra o elemento português, ora sob outros fundamentos.

Por outro lado, surgiam, por essa mesma época, fermentos revolucionários que se canalizaram afinal no grande movimento cívico que se chamou a Confederação do Equador e que envolveu todas as províncias nordestinas, entre elas o Rio-Grande do Norte.

Na impossibilidade de por ordem no caos que era então o Rio-Grande do Norte, Tomaz de Araujo

demitiu-se a 8 de Setembro de 1824, passando o governo a Lourenço José de Moraiz Navarro, Presidente da Câmara do Senado de Natal.

O sucessor de Tomaz de Araujo entrou desde logo, como é comum na hora das quedas políticas, a fazer pesada carga contra o seu antecessor, acusando-o sobretudo do crime de conivência com os elementos revolucionários, e assim de traição à causa do Império e à pessoa do Imperador.

Há hoje publicada farta documentação a respeito desse incidente da vida política potiguar, de modo que facil será ao historiador, isento de paixões, fazer o julgamento sereno e imparcial das figuras que tiveram papel de relevo a desempenhar naquela emergência.

A defesa de Tomaz de Araujo, por ele mesmo escrita em sua fazenda Mulungú, do município da Vila do Príncipe, e enviada ao Imperador em 13 de Novembro de 1824, parece-me cabal e completa.

A sua ação, ao que se evidencia, foi toda norteada no sentido de *conservar aq.la porção do Povo q.e S. M. lhe Havia confiado, illeso de divergencias politicas, e evitar a menor intriga, e guerra civil.*

O seu papel foi assim de conciliação, atitude que nunca os contemporâneos justificam, mormente nas horas de acesas e acerbas lutas políticas, em que só são compreendidos e apreciados os elementos radicais e extremados.

Para mim, Tomaz de Araujo Pereira foi, em toda a sua vida, homem de uma só palavra e de posições definidas, tendo, como ele mesmo disse, *jurado espontaneamente o Projecto de Constituição, e convencido ao Mundo inteiro a sua subordinação ás Leis e fidelid.e ao seu Soberano, jamais se deixára levar da impetuosa corrente de opinioens Republicanas, Anarquicas, e subversivas da obediencia e bôa ordem, em hua idade sexagenaria, q.do já olha a cada instante mentalm.e para a sepultura; adoptando principios diametralm.e oppostos á educação com q.e foi creado e mantido.*

Ficou desse modo fiel ao Imperador e ao Poder Constituido, não tendo praticado um só ato do qual se pudesse inferir adesão à causa revolucionária, mesmo que sentisse pelos que a encarnavam íntimas

inclinações, perfeitamente compreensiveis, dados os laços de parentesco próximo que o prendiam a figuras da maior graduação à frente do movimento ou por ele revelando simpatias e manifestando aplausos.

Felix Antônio, o Governador revolucionário da Paraiba, era casado com uma sua prima; o coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, Governador das armas no movimento do Ceará, era tio-avô dos dois Ciprianos, um Lopes e outro Bezerra Galvão, casados com duas netas de Tomaz de Araujo; o capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha, tio de Tomaz de Araujo, acolheu frei Caneca no Seridó, com as mostras da maior deferência.

Via, assim, Tomaz de Araujo muitos e destacados membros de sua família inclinados para a revolução ou dela participando ativamente.

Mas nem por isso faltou à fé dos seus compromissos públicos, e a sua palavra foi sempre de condenação à causa revolucionária.

Nesse passo, Tomaz de Araujo diz que não duvida haver *commettido infinitos erros p.r falta de luzes e do legitimo Conselho, mas só poderão ser estes erros de intendimento, e não de vontade.*

O que não quis foi fazer obra de perseguição aos adversários vencidos, entendendo poder defender os direitos do Imperador, a cuja causa se consagrara por juramento público, *sem hostilizar os seos subditos.*

O certo é que Tomaz de Araujo, não obstante a catilinária do seu sucessor, deixara o poder sem desmerecer da confiança dos seus conterrâneos, afirmando Rocha Pombo que com ele *estaria talvez a grande maioria da Província* ("Hist. do Estado do Rio-Grande do Norte", pgs. 303, 304).

Retornando ao seu retiro do Seridó, para a direção das suas fazendas e o trato dos seus rebanhos, o ex-presidente continua a ser, não obstante o seu voluntário alheamento das coisas públicas, a autoridade social ouvida e consultada em todas as horas dificeis atravessadas pelas populações seridoenses, as quais, enquanto ele viveu, jamais deixaram de se socorrer das luzes da sua experiência, prudência, bom senso, moderação.

Viveu ainda mais de 20 anos, pois o seu fale-

cimento só ocorreu a 19 de Março de 1847, na então vila, hoje cidade do Acarí, sendo sepultado na Matriz daquela época, agora Igreja do Rosário, no dia seguinte, conforme o registro existente no livro de assentamento daquele templo católico, concebido nestes termos: "Aos vinte de Maio de mil oitocentos e quarenta e sete foi sepultado nesta Matriz de grades acima o cadaver de Thomaz de Araujo Pereira, fallecido de indigestão na idade de oitenta e dois annos, casado que foi com Thereza de Jesus (4) com todos os Sacramentos, envolto em habito preto e encommendado por mim, do que para constar mandei fazer este assento em que me assigno.

Vigario Thomaz Per.ª de Araujo." (5)

c) Os Dantas Correia

O tronco da família Dantas é no Seridó: Caetano Dantas Correia, que se fixou na fazenda Picos-de-Cima, no Acarí, e chegou ao sertão como vaqueiro de um seu irmão.

Sabe-se com segurança que Caetano era filho de José Dantas Correia e Isabel da Rocha Meireles, ela paraibana e ele, ao que a tradição refere, português, senhor do Engenho-Fragoso, nas proximidades do Recife, casados em 1710. (6)

Sabe-se ainda que Caetano teve vários irmãos varões, entre eles Gregório José Dantas Correia, que casou com Joana, irmã de Josefa de Araujo Pereira, filhas ambas de Tomaz de Araujo Pereira e Maria da Conceição Mendonça; Antônio Dantas Correia, que casou com Mariana Monteiro da Silva (7), casamento feito em 1739, e que ficou no Engenho-Fragoso; Frutuoso José Dantas, que residiu em Piranhas, e José Dantas Correia, de quem descende a família Dantas que se situou na Serra-do-Teixeira, na Paraiba.

Encontro tambem referência a Sebastião Dantas Correia, não sei se irmão de Caetano, o qual, em 1745, obteve uma data de terra na Capitania do Rio-Grande. Em notas em poder do Dr. Felipe Guerra, há ainda notícia de Estevão José Dantas, irmão ou parente de Caetano e de quem descendem os Dantas de São-José de Mipibú.

O Rio-da-Carnauba, hoje com próspera povoa-

ção e uma capela consagrada a São José, no Município do Acarí, foi todo ele povoado por descendentes de Caetano Dantas Correia, a quem se deve tambem a fundação de Cuité, na Paraiba, cuja capela, dedicada a N. S. das Mercês, resultou de iniciativa sua, conforme se verifica de escritura de doação, que, em 17 de Julho de 1768, com sua mulher Josefa de Araujo Pereira fez passar, de meia legua de terra, para constituição do patrimônio necessário à construção da referida Capela.

Eis a escritura nos seus próprios termos originais:

"Freguezia do Coyté—17 de Julho de 1768—Escritura de doação para patrimonio que fazem o Capitão-mor, digo fazem o Tte. Cel. Caetano Dantas Correia e Mer. D. Josepha de Aro. Pera. de meya legoa de terra na serra chamada Coyté da freg. da Senhora Sant' Anna do Seridó para a Capella que na ditta serra pretendem erigir com a invocação Nossa Senhora das Mercês.

Saibam quantos este publico instrumento de escritura de doação para patrimonio da Capella que se ha de erigir com a invocação de Nossa Senhora das Mercês na serra do Coyté ou como em direito para a sua realidade melhor nome haja virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e sessenta e oito aos dezesete dias do mez de Julho do ditto anno nesta Povoação de Nossa Senhora do Bom Successo do Piancó Capitania da Parahyba do Norte no meu escritorio appareceram partes presentes e outorgantes a saber o Tenente Coronel Caetano Dantas Correia e sua mulher D. Josepha de Araujo Pereira moradores na sua fazenda dos Picos de Cima Ribeira do Seridó que vivem de seus gados de mim reconhecidos pelos proprios de que se tratta e logo por elles ambos e cada um in insolidum me foy ditto em presença das testemunhas adiante nomeiadas e assignadas que elles entre outros mais bens de raiz que possuiam e estavam de mansa e pacifica posse era bem assim uma parte de terras lavradas na serra chamada do Coyté aonde pretendiam erigir uma capella com a invocação Nossa Senhora das Mercês para patrimonio da qual disseram que doavam como de facto logo o doaram deste dia

para sempre meya legoa de terra no logar aonde for erigida a ditta capella principiando, a ditta terra doada do Olho de Agoa chamado Coyté correndo para a parte do Norte meya legoa de cumprido e hua de largo a qual doação disseram fasiam do seu mutu proprio sem o constrangimento de pessoa algua mas que tão somente movidos de superiores impulsos e intensa devoção e que demettiam de si toda a posse e dominio que na ditta terra doada tinham concediam e traspassavam na pessoa a quem directamente pertença a administração da ditta capella e seus bens e della poderão tomar posse por sy ou por autoridade de justiça e quer a tomem quer não desde logo o ham por empossado nella com posse real, actual, corporal civil e natural pella clausula constituti e que contra este instrumento não viriam em tempo algum com duvidas ou embargos e vindo não queriam ser ouvidos em juizo nem fora delle antes eram contentes lhes fosse negado todo o recurso e acção que a seu favor allegar podessem e a Ley de Veliano que faz a favor das mulheres que de nada queriam usar senão ter e manter esta escritura e doação por ella feita na forma que nella se contem e declara a cuja firmeza disseram obrigavam suas pessoas e bens moveis e de raiz presentes e futuros em fé e testemunho de verdade assim o disseram e outorgaram e pediram fosse feito este instrumento nesta nota que eu Tabellião estipuley e acceitey em nome da ausente a que o favor desta possa tocar sendo a tudo presente por testemunhas que com o doador assignaram o Capitão João Dantas Rothea e João Gaya da Rocha, moradores na Ribeira do Rio do Peixe que vivem de seus gados e pella Doadora não saber ler e escrever assignou a seu rogo o Tenente Luiz Pereira Bolcão morador na Ribeira do Seridó e esta, a lavrey por me ser distribuida pello juiz Ordinario por seu bilhete. Eu Antonio Gonsalves Reys Lisbôa o escrevi."

(Documento publicado pelo historiador paraibano Coriolano de Medeiros)

Cuité na Paraiba deve assim a sua fundação a Caetano Dantas Correia, de quem um genro, Antônio de Azevedo Maia Júnior, casado com sua filha Mi-

caela Dantas Correia, foi por sua vez o patriarca e fundador, no Rio-Grande do Norte, de Jardim-do-Seridó, antiga Conceição-de-Azevedo.

Caetano Dantas Correia e Josefa de Araujo Pereira tiveram 15 filhos, dos quais, através mais de um século de evolução, tem resultado uma descendência de alguns milhares de indivíduos, muitos dos quais chegaram à mais alta situação política e social.

Tomaz de Araujo Pereira e Caetano Dantas Correia foram representantes típicos da *época do couro*, do *ciclo dos criadores do gado*, viveram essa fase interessantíssima da vida do nordeste, ainda em boa parte por estudar e descrever, na qual, como com tanta propriedade se expressa Capistrano de Abreu, *o gado transportava o seu dono.*

Contam-se hoje por milhares os descendentes de um e outro, a maioria dos quais constitue já agora o grosso da população que habita e faz prosperar o Seridó, atualmente não mais a terra das grandes fazendas de gado, mas o *habitat* do famoso algodão *mocó*, um dos melhores do mundo, seguramente o melhor do Brasil.

d) Os Medeiros

A família Medeiros, hoje numerosíssima no Seridó, procede dos irmãos Rodrigo e Sebastião de Medeiros, que, nos meados do Século XVIII, vieram de Portugal e se fixaram nas margens do rio Sabují, no atual município paraibano de Santa-Luzia.

Algumas lendas se formaram e foram transmitidas de geração a geração, através quasi dois séculos, a respeito dos irmãos Medeiros.

Uma dessas lendas diz que Rodrigo e Sebastião, denunciados como colaboradores indiretos do atentado contra a vida de D. José, rei de Portugal (o atentado foi a 3 de Setembro de 1758), conseguiram fugir, vindo parar nos sertões nordestinos, furtando-se assim à fúria pombalina. Há um indício que parece autorizar essa versão. É que em Portugal usavam nomes diferentes dos que adotaram no Brasil.

Ao que informa reputado genealogista português (8), que se firmou em documentos autênticos, os nomes que tinham na Ilha de S.-Miguel eram respecti-

vamente Rodrigo Afonso de Matos e Sebastião Afonso de Matos (o Matos era da linha paterna, pois eram filhos do Alferes Manuel de Matos), enquanto no Brasil substituiram o *Afonso de Matos* por *Medeiros* (sobrenome materno, pois a progenitora dos dois era Maria de Medeiros Pimentel).

A substituição dos sobrenomes teria visado escaparem Rodrigo e Sebastião à perseguição inevitavel.

Não sei se a versão tem visos de verdade, ou se não passa de uma lenda, criada pela imaginação popular.

O que parece certo é que a chegada dos dois no Brasil ocorreu na época do Marquês de Pombal. Talvez a coincidência das datas houvesse criado a lenda.

Uma outra lenda a envolver os irmãos Medeiros é a que vem referida por Felipe Guerra, segundo a qual Pedro Ferreira das Neves, conhecido por Pedro Velho, ferido em combate na luta contra os holandeses, abrigara-se em casa de um índio, cuja família o tratara desveladamente, casando-se depois com uma filha do dito índio, de nome Custódia de Amorim Valcacer, por quem se apaixonara. Uma das filhas do casal Pedro Velho—Custódia Valcacer desposara por sua vez Mannel Fernandes Freire, pessoa das principais em Sabují.

Sendo solteiros os irmãos Medeiros, cuidaram alguns influentes na região em que eles se instalaram com as suas fazendas de gados, arranjar-lhes para esposas duas filhas de Freire, netas da índia Custódia. Recusaram a princípio, alegando serem de condição social elevada, mas tal fora a pressão, que se conformaram afinal, vindo a contrair matrimônio, Rodrigo com Apolônia Barbosa, e Sebastião com Antônia de Morais Valcacer, irmãs entre si e netas de Custódia.

Não posso afirmar se verdadeira a versão, ou se se trata de fruto da imaginação ; e, pois, uma lenda.

A tradição relata ainda que entre os ascendentes das esposas dos irmãos Medeiros havia um *governador da Paraiba*. Encontro realmente, no livro de Coriolano de Medeiros, "Dicionário Corográfico do Estado da Paraiba", pág. 63, referência a João de Moraiz Valcaçar, membro de uma *Junta Governativa*

que esteve à frente dos destinos paraibanos em 1719, como deparo tambem no livro de João de Lira Tavares, "História Territorial da Paraiba", pág 87, menção de um D. Pedro Valcacer, *governador* dos índios Cariris, pedindo terras já ocupadas pelos mesmos índios, na missão de N. S. do Pilar do Taipú, sítio Jenipapeiro, no lugar Bultrinz.

Estou inclinado a supor que a mulher de Pedro Velho, Custódia Valcacer, seria filha deste D. Pedro Valcacer, *governador* dos Cariris, confirmando-se assim a outra versão—a de que os Medeiros casaram-se efetivamente com descendentes de índios.

A respeito da origem dos Medeiros, "*que tiveram seu principal assento na Villa da Lagôa*", escreveu o padre Gaspar Frutuoso, no seu trabalho "Saudades da terra" – *Historia Genealogica de Sam Miguel*", elaborado em 1590, e publicado muitos anos depois, o seguinte: "Ruy Vaz de Medeiros, de nobre geração, veio no principio da povoação desta ilha (São-Miguel), em tempo do Capitão Ruy Gonçalves, primeiro do nome, de Ponte de Lima ou de Guimarães, fugido a seu pay, indo ter primeiro a ilha da Madeira, onde cazou honradamente com uma filha d'um nobre cidadão chamado Jorge de Mendonça, de quem tem muitos parentes hoje em dia deste appellido dos Mendonças e Furtados: teve na dita ilha muita amizade com Ruy Gonçalves da Camara, irmão do capitão d'ela, que depois o foi d'esta; em cujo tempo veio a ella: porque conhecendo-o lá, vendo sua riqueza e nobreza, como se tratava com cavallos na estrevaria, criados e escravos em casa, que o dito Ruy Vaz tinha; juntamente com sua bôa condição, o trouxe a esta ilha, onde lhe deu muitas datas de terras de sesmaria, no termo da Villa da Lagôa, de que foi muito abastado; e houve de sua mulher, chamada Anna Gonçalves, filhos." (9) E enumera os seguintes: Vasco de Medeiros, casado com Catarina de Ponte, filha de Fernando Rodrigues, dos nobres da Lagoa; Rafael de Medeiros, casado com uma filha de Antônio Roiz Carneiro, governador da Ilha de Santa-Maria; João Vaz de Medeiros, casado com Isabel de Frias; Jordão Vaz de Medeiros, casado em Vila-Franca com uma filha de Francisco Afonso e Branca de Paiva; um filho que faleceu solteiro; uma filha que

se casou com Diogo Afonso Cogombreiro; Guiomar Roiz de Medeiros. casada com Lope Anes de Araujo; e Maria de Medeiros, que casou três vezes.

Mas, deixando de lado a geração dos Medeiros em Portugal, quero acompanhar os dois irmãos Medeiros, Rodrigo e Sebastião, no nordeste brasileiro, terras de Santa-Luzia do Sabují, limites com a zona do Seridó, para a qual se passaram muitos dos seus descendentes imediatos.

Rodrigo de Medeiros casou-se, como ficou dito, com Apolônia Barbosa, havendo do casal sete filhos: Antônio de Medeiros, Manuel de Medeiros Rocha, Francisco, Teresa, casada com Tomaz de Araujo Pereira (o 2º.), Maria, casada com João Damasceno Pereira, e Isabel, casada com Francisco Correia.

Entre os filhos de Sebastião de Medeiros e Antônia de Morais Valcacer, sabe-se com segurança de João Crisóstomo, casado com uma filha do Coronel Caetano Dantas; Luzia, casada com Caetano Filho; Maria, casada com Manuel Alves da Nóbrega; Sebastião, casado com Maria Leocádia, filha de Antônio Pais de Bulhões; e Alexandre Manuel, casado com Antônia Gomes, filha de Cosme Gomes de Alarcão. (10)

Há quem aponte e enumere ainda quatro outros filhos de Sebastião de Medeiros: Cosme Fernandes, casado com Sebastiana Dias; Quitéria, casada com o português José Inácio; Antônia, casada com João de Moraiz, e Vicência, casada com Martinho Garcia de Araujo. Não tenho, porem, dados concretos e positivos a respeito desses quatro apontados filhos de Sebastião, parecendo-me, porem, que, pelo menos, Quitéria e Vicência existiram de fato.

Dos filhos de Rodrigo de Medeiros e Apolônia Barbosa destacou-se Manuel (o capitão-mor Manuel de Medeiros Rocha), que se fixou na fazenda Remédio, no Seridó, o qual chegou a ocupar no começo da Independência do Brasil a situação de membro da Junta de Governo da Província do Rio-Grande do Norte, foi chefe de grande prestígio na região de sua residência e teve por sucessor na direção da vida política local seu sobrinho, Tomaz de Araujo Pereira (o 3º.), a quem deu todo o prestígio.

Medeiros Rocha casou-se com Ana de Araujo, filha de Antônio Pais de Bulhões e de sua esposa Ana

de Araujo Pereira, e veio a falecer em 8 de Fevereiro de 1839, conforme se verifica do seu inventário, existente no cartório do Acarí. Já era viuvo, pois sua esposa falecera em 4 de Setembro de 1834.

Com uma neta de Medeiros Rocha, de nome Maria José, casou-se um filho de Caetano Dantas, Manuel Antônio Dantas Correia, ascendente do Conselheiro Brito Guerra, que foi Ministro da Suprema Corte de Justiça do Brasil nos últimos anos do regimen monárquico.

De Sebastião de Medeiros houve vários descendentes remotos que ocuparam saliente posição política e social, cabendo citar José Bernardo de Medeiros, que exerceu durante largos anos, nos dois regimens, cargos de elevada significação, tendo falecido como Senador Federal em 15 de Janeiro de 1907.

Tão grande foi a força eleitoral de José Bernardo no Rio-Grande do Norte, mormente no Seridó, que, em 1889, última eleição monárquica, tendo rompido com o Dr. Amaro Bezerra, chefe do seu partido, que era o liberal, conseguiu eleger, em pleito renhidíssimo, o seu candidato, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, contra a candidatura do próprio chefe Amaro Bezerra, que viera em pessoa disputar a eleição.

A vitória aumentou ainda mais o prestígio e o renome de José Bernardo, e foi cantada em prosa e verso pelos jornais da época.

Paulo de Albuquerque, poeta mossoroense, entusiasmado com o episódio eleitoral, dedicou ao candidato Castro uma longa poesia de tonalidades condoreiras, onde havia versos como estes:

"Não valeram as ameaças
Do fero, injusto rival...
Cairam no pó das praças
À resistência formal...
Pra derrotá-lo bastava
Aquela gente tão brava...
A grande falange só!...
Quem jamais venceu pujante
O baluarte gigante,
Colosso do Seridó?!"

E ainda estes outros, com referência especial a José Bernardo e ao seu leal companheiro de jorna-

da política, tambem valoroso chefe seridoense, coronel Silvino Bezerra:

"Aos clarins eleitorais
Não vos faltou Legião:
Soldados firmes, leais,
Sob o áureo pavilhão:
José Bernardo, Silvino,
Dois chefes de grande tino,
Um e outro iguais no vulto;
Dois valentes comandantes,
Altivos, perseverantes,
Temiveis no seu reduto."

Notas

1) O coronel Manuel Maria do Nascimento Silva, descendente de Tomaz de Araujo e Caetano Dantas, em trabalho genealógico que escreveu em 1909, hoje em meu poder, diz que, "morrendo Maria da Conceição, Tomaz casou 2ª. vez na Paraiba, e tendo nascido um filho do 2º. casamento, foi criado na Fazenda Picos, do Acarí, sendo tratado pelo apelido de Paraiba. Foi pai de Manuel de Araujo e este de Miguel de Araujo, que residiu no lugar Boqueirão".

2) Tomaz de Araujo Pereira seria realmente português, como reza a tradição, no Seridó, ou teria nascido já no Brasil, descendendo de Amador de Araujo Pereira, que é o tronco da família em Pernambuco?

Vale a pena transcrever a notícia que a respeito de Amador dá Borges da Fonseca na "Nobiliarchia Pernambucana": "Amador de Araujo Pereira é em Pernambuco o tronco da familia do seu appellido. Delle fazem honorifica memoria os Autores que escreveram a guerra dos Hollandezes, na qual foi eleito capitão-mor de Ipojuca, quando João Fernandes Vieira, em 1645, aclamou a liberdade e procedeu com tanta honra que sua Magestade em attenção aos seus serviços o nomeou governador de São Thomé, posto que não logrou por fallecer quando estava para embarcar. Foi natural da Provincia do Minho, onde seus pais, Pedro Gonçalves, o Novo, e Felipa de Araujo

Pereira, parentaram em gráo muito proximo com a casa do Esquivo e com a de D. Miguel de Azevedo e de Luiz de Miranda Pereira, com cujos parentes conservou sempre communicação, como se prova das cartas que conservam seus descendentes. Veio a Pernambuco antes da entrada dos Hollandezes e casou na freguezia de Ipojuca com D. Maria da Costa de Luna, filha de Alvaro Gonçalves de Luna e de sua mulher Izabel da Costa, pessoas principaes da mesma freguezia." (Borges da Fonseca, vol. 1º., págs. 28 e 456).

3) O coronel Manuel Maria diz que Maria da Conceição é natural da Paraiba.

4) Filha do coronel Antônio Garcia de Sá Barroso e D. Ana Linz de Vasconcelos.

5) Neto de Tomaz de Araujo, o Presidente.

6) Há um município do Estado do Piauí, Piracuruca, que deve a sua fundação a membros da família Dantas Correia. O caso é assim narrado por Anísio de Brito—"O Município de Piracuruca", págs. 4 a 7:

"Dois portuguezes – Manoel Dantas Corrêa e José Dantas Corrêa, em principios do seculo XVIII, se internaram nos sertões piauhyenses, explorando o vasto territorio da então capitania ainda sem autonomia. Riquissimos, os dois aventureiros, depois de muito andarem e sem que receiassem perigos sem conta, que lhes poderiam sobrevir, cahiram inesperadamente em mãos dos selvagens que os aprisionaram. Eram indios anthropophagos, habitantes do littoral, e, logo, os dois prisioneiros consideraram sobre a miseravel sorte a que eram destinados, prisioneiros que estavam, daquelles barbaros. Na emergencia, desenhando-se-lhes na imaginação o momento lugubre em que iriam servir de repasto, sem outro recurso para rehaver a suspirada liberdade, volveram-se aos braços consoladores e, ás vezes, infalliveis, da fé: fizeram um voto a N. S. do Carmo de lhe mandarem construir magestoso templo, naquelle local, onde se achavam prisioneiros, si a excelsa virgem lhes salvasse a vida.

"A virgem operou o milagre; recuperaram a liberdade os irmãos Dantas. E a construcção do templo teve inicio em 1743, sendo a mais sumptuosa,

mais bella, mais bem construida e mais esthetica do Piauhy.

"A igreja mede 39 metros de extensão sobre 18 de largura, e é toda armada, tanto interna como externamente, de elegantes columnatas de pedras lavradas que formam na entrada um bello peristyllo. Constando de trez capellas e cinco altares, elegante e artisticamente dispostos, primando pela escultura, pintura e obras de talha, notam-se ainda muitos outros objectos custosos e de subido merecimento artistico, como a pia baptismal, o pulpito, um lavatorio de marmore, alampadas de prata e outros objectos e paramentos dignos de nota.

"Os irmãos Dantas não pouparam despesas nem sacrificios, na construcção de tão bello monumento, e, por sua morte, legaram todos os seus bens para o patrimonio da igreja, ainda hoje riquissimo e avultado."

"São os seguintes as fazendas com as respectivas propriedades em uma extensão de 12 1/2 leguas, doadas pelos irmãos Dantas a N. S. do Carmo: Monte, Macambira, Curral dos Cavallos, Veados, Perús, Boqueirão, Pitombeira e Batalha."

Há engano do historiador quando afirma que os *irmãos Dantas legaram todos os seus bens para o patrimonio da igreja.*

O legado foi feito por um só, Manuel Dantas Correia, conforme prova esta certidão, constante do próprio trabalho de Brito:

"O Conego Antonio Rodrigues Sodré, Escrivão da Camara Ecclesiastica do Bispado de Sam Luiz do Maranhão.

Certifico de ordem de S. Ex. Revma. o Sr. Bispo Diocesano que entre varios documentos existentes no cartorio á meu cargo, relativos a parochia de Piracuruca, Estado do Piauhy, se encontra a certidão do theor seguinte:

"Domingos de Freitas Caldas, Escrivão do Publico Judicial e notas e mais annexos nesta Villa de Sam João da Parnahyba e seu Termo por Provisão do Illm. Sr. Governador desta Capitania &.

"Certifico que revendo o livro de Registro dos Testamentos dos que fallecem nesta Freguezia e Ter-

mo, nelle achei Registrado o Solemne Testamento com que falleceo na Matriz da Piracuruca Manoel Dantas Corrêa e no mesmo a folhas desaseis verso a Verba de que o requerimento retro faz mensão a qual lhe dá maneira e theor seguite: "Declaro que pagas as minhas dividas e satisfeitos meus legados, declaro nomeio e instituo por minha universal herdeira de todo o restante de meus bens assim moventes, como semoventes, a Virgem Nossa Senhora do Monte do Carmo desta Freguezia de Piracuruca Capitania do Piauhy deste Bispado do Maranhão com obrigação de se dizerem todos os annos na sua Matriz duas Capellas de Missas por minha alma, e o anno para esta obrigação terá seu principio no dia da minha morte, e quero que para se dizerem prefira sempre o Parocho da Freguezia. Declaro que as duas fazendas Viado e Boqueirão se conservem sempre com o meu ferro e signal e que tenhão o Titullo de Fazendas de Nossa Senhora do Monte do Carmo minha universal herdeira como dito tenho e he minha vontade. E nada mais se continha em ditas verbas Testamentarias que bem e fielmente aqui certifiquei do proprio Testamento que se acha registrado no hum Livro de vistos (*sic*) que se acha em meu poder e cartorio, ao qual me reporto em todo e por todo e vai certifidado na verdade sem cousa que duvida faça, pois com as mesmas verbas esta certidão conferi, concertei e assignei nesta Villa de Sam João da Parnahyba aos quatro dias do mez de Janeiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos annos: Em fé da verdade.— O Escrivão Domingos de Freitas Caldas."—D. 243 "—B. 240" Cons 80"—Lopes— E nada mais se continha na referida certidão e ao original me reporto. O referido é verdade e dou fé. Camara Ecclesiastica do Bispado de Sam Luiz do Maranhão, 16 de Setembro de 1896. E eu o Conego Antonio Rodrigues Sodré, Escrivão, a escrevi e assignei.—Conego Antonio Rodrigues Sodré."

O que parece certo é que apenas Manuel Dantas Correia ficara em Piracuruca, tendo José Dantas se retirado. Seria este o José Dantas Correia, casado com Isabel da Rocha Meireles, tronco dos Dantas no Seridó, Rio-Grande do Norte, e no Teixeira, Paraiba? Ou seria, como parece mais provavel, o ir-

mão de Caetano que se localizou depois no Teixeira? A ser a última a hipótese verdadeira, Manuel e José Dantas Correia não eram portugueses e sim filhos do português José Dantas Correia, casado no Brasil com Isabel da Rocha Meireles, em 1710.

7) Borges da Fonseca, "Nobiliarchia Pernambucana" (vol. 1, pág. 79), dá Mariana Monteiro da *Silva*, mas o coronel Jônatas da Costa do Rego Monteiro, genealogista ilustre, escreve Mariana Monteiro de *Lima*.

8) O desembargador Diogo Cabral enviou-me do Rio-de-Janeiro as notas inclusas, relativas a Rodrigo e Sebastião de Medeiros, colhidas em Portugal de um genealogista ilustre:

"LINHA DOS ROCHAS:

a) Pedro Esteves da Rocha Machado, natural de Viana, no Alentejo, por ter praticado um homicídio, fugiu para a Ilha da Madeira e de lá foi para a Ilha de S.-Miguel, por 1470, casando-se. ("Saudades da Terra"—L. 4, cap. 25).

b) Afonso Anes da Rocha tambem foi da Madeira com o pai, em 1792, casou-se em Ponta-Delgada com Marta Pavoa, filha de Afonso Rodrigues Pavão.

c) Pedro Afonso da Rocha, casado com Margarida Afonso, filha de Francisco de Anes. ("Saudades da Terra", cap. 25).

d) Álvaro Pires da Rocha, armado cavaleiro em África, confirmado por carta régia de 26—5—1515. ("Arqu. dos Açores", vol. 4, pág. 127).

e) Manuel Rodrigues da Rocha, morador na Ribeira-Seca, casado com Maria Pires, filha de Antônio Pires Velho. (Liv. 4, cap. 24, § 6.)

f) Manuel Rodrigues da Rocha, ou Manuel Rocha Machado, natural de Ribeira-Seca, casado segunda vez com Beatriz Furtado, em 9—7—1607, filha de Manuel Rodrigues Furtado e de Beatriz Marques.

g) Maria de Medeiros, moradora na Lomba de Sta.-Bárbara, casou-se em 15—10—1650 com Francisco Lopes da Costa, falecido em 12—8—1680, com testamento em que foi testamenteiro o seu genro, Bartolomeu de Frias Camelo.

h) Maria de Medeiros Rocha, que se casou em 31—3—1674, com Bartolomeu de Frias Camelo.

i) Maria de Medeiros Pimentel, em 1712, justificou a ascendência dos filhos pela linha do seu pai, Bartolomeu de Frias Camelo, casou-se em S. Pedro da Ribeira-Seca, em 17—6—1693, com o Alferes Manuel de Matos, filho de Rodrigo de Matos e de D. Catarina de Fontes.

j) Muitos filhos, inclusive Rodrigo e Sebastião.

LINHA DOS VASCONCELOS:

a) Diogo de Oliveira Vasconcelos, natural de Beja, foi filho natural legitimado por carta régia de 3—7—1504 do rei D. Manuel, publicada no vol. 5 do "Arquivo dos Açores", pág. 105, de Martinz de Oliveira, Capitão de Arzila, onde foi armado cavaleiro, filho este de Rui de Oliveira, criado na casa do Infante D. Fernando, casado com Maria Esteves.

b) Estevão de Oliveira Vasconcelos, casado com Inez Manuel, filha de Manuel Afonso Pavão. ("Saudades da Terra", vol. 4, cap. 29, § 15.)

c) Sebastião de Oliveira Vasconcelos, casado com Joana Fernandes, filha de Mateus Dias e de Francisca Jorge. (Vol. 4, cap. 8, § 21.)

d) Mateus de Oliveira Vasconcelos, morador em Porto-Formoso, cavaleiro, como se lê em uma escritura de 4—3—1633.

e) Manuel de Oliveira Vasconcelos, natural de Porto-Formoso, casado em S. Pedro da Ribeira-Seca, em 29—10—1603, com Isabel Pimentel de Rezende, filha de Rui Gonçalves e de Francisca Manuel.

f) Maria Rezende de Vasconcelos faleceu na Lomba de Santa-Bárbara em 16—2—1690, casada em S. Pedro da Ribeira-Seca em 4—10—1647, com Antônio Pacheco de Medeiros, natural da Vila da Lagoa, filho de Amaro Pacheco e de Inez de Frias Medeiros.

g) Bartolomeu de Frias Camelo, natural e morador na Lomba de Santa-Bárbara, casado com Maria de Medeiros Rocha.

h) Maria de Medeiros Pimentel, a justificante de 1712, morreu na Lomba de Santa-Bárbara em 27—11

—1734. Seu marido Manuel de Matos faleceu em 7—11—1729.

i) Rodrigo Afonso de Matos nasceu em 21—1—1709 e foi batizado em 26 do dito mês na igreja de S. Pedro da Ribeira-Seca. Não foram encontrados os assentamentos relativos a Sebastião, irmão de Rodrigo. Os outros filhos do casal tem muitas gerações em S.-Miguel."

9) Gaspar Frutuoso, "Terra Saudosa – História Genealógica de São-Miguel", págs. 158 e seguintes.

10) Notas escritas pelo coronel Manuel Maria do Nascimento Silva, hoje em meu poder.